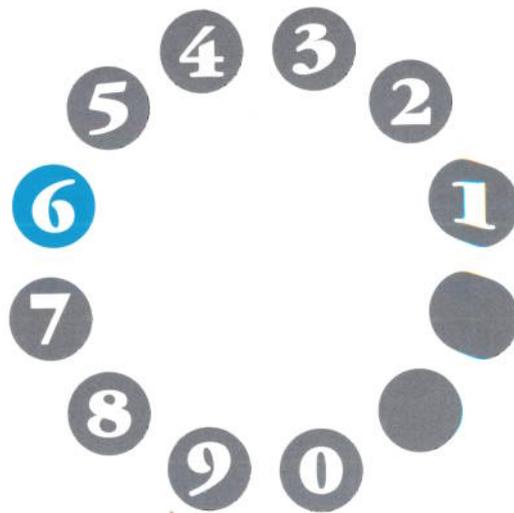


6

# Satélites para ligar o mundo

(1968-1980)





Folheto alusivo às comunicações mundiais, 1938. AFPT

Composta por investimentos britânicos, a Companhia dos Telefones viu o seu universo patrimonial resgatado pelo Estado português em 1967, data em que findou a concessão acordada, constituindo-se a empresa pública Telefones de Lisboa e Porto, que iniciou actividade em 1 de Janeiro de 1968.

Novas centrais, encaminhamentos mais flexíveis do tráfego, reforço dos circuitos e aumento da capacidade do parque telefónico são alguns dos desafios que a década de 1970 coloca ao sector nacional de telecomunicações. A inovação tecnológica possibilitara o desbravar do universo das comunicações por satélite, permitindo o estabelecimento de ligações telefónicas de boa qualidade entre países distantes. Representando o Estado português nos acordos de exploração das comunicações por satélite, caberia à Marconi gerir, ao longo da década, as telecomunicações intercontinentais portuguesas.

## 6.1. MUDANÇA

Coube aos Telefones de Lisboa e Porto (TLP) explorar, a partir de 1 de Janeiro de 1968, o serviço telefónico nas áreas que desde 1887 estavam concessionadas à APT. Como se observou, o Estado havia resgatado todo o património da empresa britânica avaliado em 17,5 milhões de libras, liquidando, antes do fim de 1967, a primeira prestação no valor de três milhões de libras. Sublinhe-se que a amortização do empréstimo de aquisição deveria ficar concluída em Junho de 1973.

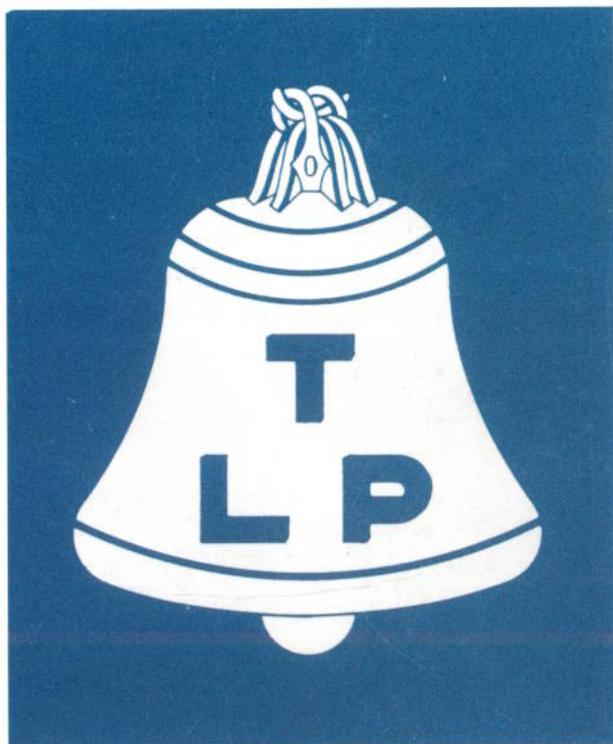
É interessante o facto de a 25 de Agosto de 1966 ter sido alterado o contrato de concessão do serviço público de telecomunicações celebrado entre o Governo português e a CPRM. A companhia ficava obrigada a entregar gratuitamente ao Estado 236

621 acções representativas do respectivo capital e a ceder, para venda exclusiva ao público português, acções em número suficiente para compor 51 por cento da totalidade do capital. Alargando os direitos de exclusividade sobre a exploração de cabos submarinos, confirmava-se também, com possíveis extensões, a sua prorrogação por mais 25 anos e acrescentava-se: *deverão celebrar-se entre o Estado e a concessionária acordos especiais de coordenação de serviços, nomeadamente no caso de comunicações concorrentes*<sup>1</sup>. Em 1972, a participação inglesa nos capitais da CPRM foi comprada por entidades portuguesas, atingindo-se assim o domínio a cem por cento do capital nacional.

Mas regressemos à constituição dos TLP. O Governo considerava que os TLP iriam auferir lucros que lhes permitiriam assegurar, em termos razoáveis, o seu autofinanciamento, desde que praticassem um tarifário moderado. Recorde-se que o decreto-lei de 14 de Novembro de 1964<sup>2</sup>, já havia consentido *determinado aumento de taxas consignado ao pagamento da dívida resultante da aquisição*<sup>3</sup> da empresa. Seguindo esta orientação o Estado procurava dotar o território nacional de um serviço telefónico de qualidade, sem perturbar *o mercado financeiro com a procura maciça de capitais*<sup>4</sup>.

Os TLP foram estruturados organicamente em cinco direcções, na sua maioria de carácter executivo:

- I. Exploração e manutenção do serviço;
- II. Planeamento técnico e ampliação da rede e instalações;
- III. Contabilidade, relações com os assinantes e com o público em geral;
- IV. Serviços administrativos e sociais;
- V. Coordenação (planeamento económico, fiscalização e métodos).<sup>5</sup>



Logótipo dos Telefones de Lisboa e Porto — TLP, 1968. AFPC

O seu primeiro Conselho de Administração, presidido por Henrique Pereira<sup>6</sup> — integrando os membros da Comissão que o Governo havia encarregado de acompanhar, junto da APT, todo o processo de transição — acabou por ficar com a seguinte constituição:

### Conselho de Administração TLP 1968-1970

#### PRESIDENTE

Henrique Manuel Pereira

#### VICE-PRESIDENTES

Luís Ataíde e Mário Santos Silva

#### VOGAIS

Cruz Filipe, Pereira Leite  
e Jorge Fervos

Nas páginas da imprensa dava-se conta da tranquilidade que rodeara a passagem da APT para a Administração portuguesa. O recém-empossado Conselho de Administração salientava mesmo os méritos administrativos da concessionária britânica, considerando-a uma empresa muito bem organizada com *belíssimos elementos e que dá um prazer enorme dirigir*<sup>7</sup>.

A gestão financeira e patrimonial dos TLP desenvolvera-se de acordo com as premissas estabelecidas no Programa de Desenvolvimento e Financeiro Plurianual, no Programa Anual de Trabalhos e no Orçamento Anual, enquanto se ensaiava a sua integração na rede nacional sob a administração comum dos CTT<sup>8</sup>, cuja estrutura institucional e financeira não permitia ainda enquadrar a gestão de serviços telefónicos daquela dimensão.

A nova empresa pública herdava a parcela mais rentável da rede telefónica nacional, não sendo por isso de estranhar que o primeiro exercício anual dos TLP apontasse um investimento no valor de 250 mil contos e um aumento nas receitas de exploração. O investimento necessário para 1969 situava-se, de acordo com o Conselho de Administração, na ordem dos 300 mil contos.

Durante este primeiro ano de actividade, os TLP deram continuidade ao plano de trabalhos preparado em conjunto com a APT, instalando 45 072 postos telefónicos. No fim de 1968 existiam:

	A funcionar	Em lista de espera	Percentagem
<b>Linhas de rede</b>			
Lisboa	258 948	9 509	3,67
Porto	78 220	2 917	3,73
Total	337 168	12 426	3,69
<b>Postos telefónicos</b>			
Lisboa	345 811	14 762	4,37
Porto	107 756	4 336	4,10
Total	451 567	19 098	4,23

FONTE: *Telefones de Lisboa e Porto. Relatório e Contas 1968, 1969.*

Estes resultados não tardaram, porém, a ser amortecidos, como consequência do aumento do custo de mão-de-obra e da relação desequilibrada entre a subida dos custos de exploração e a manutenção da receita por linha. Os juros do empréstimo a amortizar também pesaram nos resultados da empresa, os quais, logo em 1972, denunciavam quebras significativas, mergulhando a empresa na sua primeira crise de crescimento<sup>9</sup>.

Entretanto, a equipa liderada por Henrique Pereira procurava inverter a quebra de investimento

## Evolução do número de postos e estações da APT (1960-1968)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Estações automáticas	50	51	53	53	52	53	53	37
Estações manuais	99	97	94	93	94	94	93	110
Postos manuais	34 812	40 351	40 566	43 386	47 808	57 032	54 388	59 755
Postos automáticos	239 379	257 443	277 503	294 539	311 327	321 171	345 798	363 668

FONTE: *Anuário Estatístico de Portugal*.

## Investimentos a realizar nas redes dos CTT (em milhares de contos)

Grupos de redes telefónicas automatizadas a ampliar	777
Grupos de redes telefónicas manuais a automatizar	823
Grupos de redes telefónicas manuais a ampliar	36
Cabos interurbanos	388
Estações telefónicas interurbanas e automáticas	88
Telegrafia	218
Edificações	466
Material diverso	164
Total	2960

FONTE: Administração-Geral dos CTT, *Remodelação do Material e das Instalações. 5.ª fase Terceiro Plano de Fomento 1968-1973*, Edição dos Serviços Culturais dos CTT, Lisboa, s/d, p. 54.

## Investimentos a realizar nas redes dos CTT

Grupos de redes de Lisboa e Porto	2 020 000
Total	4 980 000

FONTE: Administração-Geral dos CTT, *Remodelação do Material e das Instalações. 5.ª fase Terceiro Plano de Fomento 1968-1973*, Edição dos Serviços Culturais dos CTT, Lisboa, s/d, p. 54.

que havia caracterizado a actividade da APT ao longo da segunda metade dos anos 1960. As estatísticas da actividade telefónica demonstram que o número de estações automáticas praticamente estagnara durante aquele período:

E embora o Governo tivesse inscrito nas bases de execução do Terceiro Plano de Fomento (1968-1973) a quantia de 7 milhões e 940 mil contos, para investir nas redes dos CTT e dos TLP, os valores propostos eram claramente insuficientes para cobrir uma expansão do serviço telefónico que se pretendia acelerada.

# OS TELEFONES

DE LISBOA E PORTO

## FUNCIONAM JÁ SOB ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA

Desde o primeiro minuto do novo ano deixou de ouvir-se a designação APT, conhecida há oitenta anos em Portugal, e passou a vigorar uma outra, a que o público vai habituar-se: TLP. Por outras palavras: findou a concessão da The Anglo Portuguese Telephone, Co., Ltd., e a Companhia dos Telefones entrou efectivamente na posse do Estado, personalizado na empresa Telefones de Lisboa e Porto.

Nada mais aconteceu se não isto e a constituição de uma nova equipa administrativa. As instalações são as mesmas, é o mesmo o pessoal e o material. Mudou a propriedade e o nome da empresa, mudaram os seus administradores.

Talvez pareça estranho que não surgissem quaisquer dificuldades neste trespassse que interessava bens e valores avaliados em milhões de contos e uma empresa com cerca de seis

(Continua na 5.ª página)

(Continuado da 1.ª página)

mil funcionários. Se assim foi, se tudo se processou com facilidade, sem complicações nem atrópeos, a explicação está num facto de que poucos se aperceberam: desde 1961 que havia contactos entre a extinta APT e a agora nascida TLP, de modo que o conhecimento da complexa máquina da companhia dos telefones se fez gradualmente.

Quando, ontem, a administração da TLP entrou em funções, pode dizer-se que teve uma reunião de rotina. Limitou-se a um encontro com os directores de serviços e a declarar que não haverá modificações espectaculares. Quanto ao mais, bastam estas poucas palavras do dr. Luís de Ataíde ao «Diário de Notícias»: «A APT era uma empresa muito bem organizada, com belíssimos elementos e que dá um prazer enorme dirigir».

Os Telefones de Lisboa e Porto têm um Conselho de Administração com um presidente, eng. Henrique Pereira, dois vice-presidentes, dr. Luís Ataíde e eng. Santos Silva, e três vogais, eng. Cruz Filipe, dr. Pereira Leite e eng. Jorge Ferraz, sendo este o técnico responsável no Porto, e um director-geral, o eng. Severo da Cunha.

A indemnização a pagar é da ordem dos dezassete milhões e quinhentas mil libras, tendo sido liquidada, antes do fim do ano, a primeira prestação, no valor de três milhões de libras, e em 31 de Dezembro a segunda, esta em notas promissórias emitidas pela nova empresa, com a garantia do Governo, em dólares, no montante de 7 140 000 libras, vencendo o juro de 7% ao ano. Estas notas promissórias serão resgatadas em cinco prestações anuais, desde 1 de Junho de 1974 até 1 de Junho de 1978. A terceira prestação será vencida pela abertura de um crédito em libras, liquidado, também em cinco prestações, de 30 de Junho de 1969 a 30 de Junho de 1973.

«Os Telefones de Lisboa e Porto — Funcionam já sob administração portuguesa», in *Diário de Notícias*, n.º 36576, de 3 de Janeiro de 1968, pp. 1 e 5. BNP

A procura de telefones era já superior à capacidade de oferta tanto dos TLP como dos CTT. As listas de espera aumentavam, dando azo a todo o tipo de protestos e críticas. Um bom exemplo deste descontentamento era a reclamação dirigida sob a forma de telegrama por Porfírio Alves, proprietário da Colchoaria S. João, a Marcelo Caetano, já então Presidente do Conselho. Ao longo da carta o governante era posto ao corrente da demora, cerca de quatro anos, para se satisfazer o pedido de instalação de um telefone: *Em Janeiro de 1965, requisitou um telefone para a sua oficina, conforme requisição n.º 84, entregue na secretaria dos CTT em Coimbra. (...) como o telefone é um aparelho que bastante fal-*

*ta faz para o seu negócio, e além disso como se trata duma oficina de máquinas, onde é susceptível um acidente, e por conseguinte a necessidade urgente de pedir socorro, muito agradecia a S. Excelência o favor de interferir neste assunto, pois o telefone mais próximo da oficina está a 500 m., do qual me tenho servido*<sup>10</sup>.

Lacónico mas significativo da importância crescente que os serviços telefónicos vinham assumindo para algumas camadas da população portuguesa era, também, o pedido dirigido pela União Nacional à Administração-Geral dos Correios e Telégrafos: *Tendo sido solicitada pela União Nacional, nesta mesma data, ao Director-Geral dos Telefones de Lisboa e Porto a instalação urgente de um circuito entre a residência do actual Presidente da Comissão Executiva — Ex.º Sr. Dr. José Guilherme de Melo e Castro (...) e a sede deste Organismo, (...) rogo de V. Ex.ª se digne conceder a super prioridade necessária à urgência da referida instalação*<sup>11</sup>.

No caso dos CTT a situação era bastante complexa. De acordo com a Direcção-Geral dos Serviços de Telecomunicações (DST), era necessário investir, para anular os atrasos que se vinham acumulando, cerca de 704 mil contos conforme se ilustra no quadro seguinte<sup>12</sup>.

### Investimentos realizados pelos CTT (1965-1968)

	O que se devia investir	O que se investiu
1965	923 mil contos	216 mil contos
1966	735 mil contos	265 mil contos
1967	743 mil contos	205 mil contos
1968	704 mil contos	206 mil contos

FONTE: *Relatório da Actividade da Direcção dos Serviços de Telecomunicações no ano de 1969*, CTT, Lisboa 1970, p. 11.

De facto, a escassez de verbas tornava praticamente impossível executar o programa de investimentos planificados. Seria aliás o próprio presidente do Conselho quem, em informação divulgada sobre a execução do Terceiro Plano de Fomento, daria conta das dificuldades da sua concretização devido à demora do Ministério das Finanças em avaliar a



Discursa o engenheiro Henrique Pereira. Fundo CTT/FT/933/MUS — AFPC

emissão de obrigações e a realização de um empréstimo externo<sup>13</sup>. Em Junho de 1968 uma informação divulgada pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, considerando embora que o Plano vinha sendo executado a um ritmo *aceitável*, afirmava ser indispensável recorrer a *adequadas actualizações tarifárias, no sentido de uma correcta ligação dos preços aos custos*<sup>14</sup>.

Em finais de Julho o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos tinha já aprovado a realização de um empréstimo obrigacionista interno, mas o Ministério das Finanças continuava a não dar quaisquer sinais quanto à disponibilização das verbas.<sup>15</sup> A situação dos CTT era então muito crítica: a Administração-Geral tinha cada vez mais dificuldades em executar, em tempo útil, projectos técnica e economicamente bem preparados. Como solução de recurso, dirigiu ao ministro Ulisses Cortês<sup>16</sup> uma carta onde afluava a possibilidade de se obter um empréstimo externo junto do Banque Lambert<sup>17</sup>.

Sublinhe-se, a propósito, que o recurso a empréstimos para financiar sectores como as comunicações foi bastante refreado durante os períodos de vigência quer do Plano Intercalar (1965-1967), quer do Terceiro Plano de Fomento. O Estado não se cansava

de assinalar o carácter delicado do excessivo recurso ao endividamento, receando os seus efeitos sobre as fontes de crédito: *os vultosos investimentos exigidos pelas instalações de telecomunicações, satisfeitos com chamadas de capital (acções, obrigações ou empréstimos a longo prazo), podem pesar excessivamente sobre o mercado financeiro*. A solução a seguir, à semelhança de muitos países europeus, era tão-somente a do autofinanciamento *em condições que o serviço de telecomunicações possa, sem dificuldade, suportar*<sup>18</sup>.

Neste ponto impõe-se uma breve caracterização da conjuntura portuguesa e dos objectivos explicitados no enunciado do Plano de Fomento. O Plano significou, apesar das circunstâncias adversas em que foi concebido, a primeira tentativa de planeamento global ensaiada em Portugal. Os seus anos de vigência, marcados pelo ponto mais alto da integração portuguesa na EFTA e pela tentativa de construção do chamado mercado único português, permitiram demonstrar as prioridades da política económica da época: o sector industrial a funcionar como motor da economia, a estabilidade financeira interna, a solvabilidade externa do escudo e a manutenção dos equilíbrios sociais, designadamente no mercado do trabalho<sup>19</sup>.

Repare-se que em quase toda a década de 1960 se verificou a realização de grandes esforços de crescimento dos grupos económicos portugueses mais dinâmicos, que, sem perderem o sentido da exploração dos territórios ultramarinos, tentaram com maior ou menor êxito o princípio da sua internacionalização, o relacionamento com empresas e capitais estrangeiros, o desenvolvimento tecnológico e a sua reorganização interna de modo a fazerem face aos desafios de uma concorrência acrescida.

No Plano, e no que à indústria dizia respeito, as precedências iam para os sectores de actividade considerados os mais dinâmicos e modernizadores: metalurgia, metalomecânica, material eléctrico, cimentos, química e petróleo. Em boa verdade, quando o Terceiro Plano de Fomento foi posto em execução, os seus objectivos já estavam de certa forma ultrapassados pela conjuntura económica interna e externa, e pelas profundas e aceleradas mudanças que entretanto aconteceram a nível interno: o acidente de Oliveira Salazar ocorrido no Estoril em 6 de Setembro de 1968 e a consequente nomeação de Marcelo Caetano, a 27 desse mês, para o cargo de presidente do Conselho<sup>20</sup>.

Em Dezembro de 1968 foi finalmente concedido, através da Caixa Geral dos Depósitos, Crédito e Previdência, um empréstimo no valor de 75 mil contos, reembolsável no prazo de 18 meses mas prorrogável por períodos de seis meses<sup>21</sup>. As verbas já não teriam, no entanto, qualquer tipo de aplicação durante aquele ano. A DST limitou-se a dar prioridade às redes mais carenciadas, trabalhando em função do material que era possível adquirir: *não foi possível pôr em funcionamento algumas centrais automáticas de cujo material dispomos, por falta de casas, de realização de trabalhos essenciais em redes locais e regionais, por falta de pessoal e de dinheiro. Elevado número de redes locais e estações automáticas não foram ampliadas, apesar de estarem saturadas*<sup>22</sup>.

Outro factor essencial à expansão dos serviços, que faria reduzir não só as listas de espera como até a própria conservação das instalações existentes, era a adopção de uma política de incentivo à formação e fixação de funcionários por parte da Administração-Geral. Ora, essa política passava não só pela remuneração adequada do pessoal mas também pelo reforço das obras sociais dos CTT.

Atente-se que estas dificuldades acabaram por acentuar o tom crítico com que os CTT passaram a encarar o estatuto e a autonomia relativa de que be-

neficiavam desde 1911. Foi basicamente perante este conjunto de razões que, desde o início da década de 1960, se vinha preparando uma revisão orgânica dos CTT de modo a conferir-lhes uma feição mais empresarial, rompendo com a burocracia crescente dos serviços. O Ministério das Comunicações esperava assim resolver alguns dos problemas que afectavam as comunicações telefónicas e de telex nacionais.

No meio de tudo isto encontrava-se o objectivo último da reforma, e que passava pela integração da empresa pública Telefones de Lisboa e Porto (TLP) nos CTT. O rendimento das áreas mais lucrativas, exploradas pelos TLP, deveria desta forma equilibrar as receitas das áreas mais pobres, a cargo da Administração-Geral, *conseguindo-se resultados médios satisfatórios e a homogeneização da qualidade de serviço*<sup>23</sup>.

É no quadro deste circunstancialismo que, a 19 de Agosto de 1968, ao exonerar o engenheiro Carlos Ribeiro do cargo de ministro das Comunicações, Oliveira Salazar o faz regressar à Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, desta vez como correio-mor<sup>24</sup>. Colocava-se assim um ponto final nas sucessivas interinidades que, desde a saída de Couto dos Santos em 1965, vinham pautando os destinos dos CTT. No discurso de tomada de posse, proferido perante o ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro enumerou as linhas de acção que iriam orientar a futura actividade da Administração-Geral, destacando obviamente a transformação do organismo em empresa pública, na sequência aliás do que ficara determinado no decreto-lei n.º 47 488, de Janeiro de 1967<sup>25</sup>.

### **Discurso de tomada de posse de Carlos Ribeiro como Correio-Mor<sup>26</sup>**

*Decorridos exactamente dez dias depois de ter abandonado as minhas funções neste Ministério, tenho a honra e o prazer de nele ser novamente recebido como empossado em cargo de marcada importância e responsabilidade adentro dos sectores integrados neste Ministério.*

*Este curto lapso de tempo foi o suficiente para o meu sucessor interino, actual ministro das Obras Públicas, promover de sua iniciativa a minha nomeação seguida desta posse que me é conferida por V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro das Comunicações.*

(...)



Na tomada de posse do engenheiro Carlos Ribeiro como correio-mor, 1968. Imagem cedida pelo ANTT

*É quase obrigatório para um empossado referir-se às funções que vai ocupar e especialmente ao programa de acção que lhe parece dever seguir. Muito embora seja um velho funcionário dos CTT, contando muito aproximadamente 34 anos de serviço na actual Administração-Geral, não julgo indispensável acatar aquela tradição. De facto a programação de um serviço público com a amplitude que hoje têm os CTT adentro do sector terciário da economia nacional constitui longo trabalho a requerer a colaboração de especialis-*

*tas nas várias facetas que a gestão do organismo envolve.*

*A actual Administração-Geral é uma das maiores empresas do país, se não a maior, se conjugarmos e ponderarmos os vários factores que podem concorrer para se estimar a sua dimensão. Na verdade o número de empregados permanentes e o dos servidores em prestação de serviço, o movimento global de fundos a ultrapassar já milhão e meio de contos, a cobertura de toda a extensão do território por alguns milhares de estações e postos*



Palavras do novo Correio-Mór, Eng<sup>o</sup>. Carlos Ribeiro

em 28. AGO. 1968

Senhor Ministro, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Decorridos exactamente 10 dias depois de ter abandonado as minhas funções neste Ministério, tenho a honra e o prazer de nele ser novamente recebido como empossado em cargo de marcada importância e responsabilidade adentro dos sectores integrados neste Ministério.

Este curto lapso de tempo foi o suficiente para o meu sucessor interino, actual Ministro das Obras Públicas, promover de sua iniciativa a minha nomeação seguida desta posse que já me é conferida por V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro das Comunicações.

A ambos manifesto gratidão pela confiança que depositam nas minhas qualidades e possibilidades de direcção e não posso

Início do discurso do correio-mor, Carlos Ribeiro, proferido a 29 de Agosto de 1968. Fundo CTT/SGCA/CX73/5 — AFPC

*à disposição dos utentes, permitem-me fazer esta afirmação.*

*Se não é possível desenvolver perante V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, um programa de acção, é pelo contrário viável expor as grandes linhas orientadoras da evolução da Administração-Geral. Ao fazê-lo não exponho, porém, as minhas ideias pessoais; antes traduzo o sentir unânime dos que actualmente asseguram a direcção superior do organismo.*

*Primeiro — A actual Administração-Geral deverá transformar-se em breve prazo numa empresa pública regida por um estatuto especial. É a consequência do que ficou determinado pelo art.º 1.º do Decreto-Lei 47 488, de 7/1/1967. Esta transformação constitui a segunda fase da evolução ali consignada, supondo-se que poderá ter lugar a breve prazo se a iniciativa merecer o apoio de V. Ex.<sup>a</sup>. Devo revelar encontrar-se concluído e articulado o projecto da-quele estatuto especial.*

*Segundo — Reorganização interna — A actual orgânica da Administração-Geral, de tipo clássico, provou satisfatoriamente durante o longo período decorrido desde a sua instituição no fim da década de 1930/1940. A expansão da economia nacional com os seus reflexos no volume da procura de servi-*

*ços de correios e telecomunicações torna, porém, necessário fazer ajustamentos mesmo de fundo, tanto no que se refere aos serviços centrais como aos externos. Julgo, no entanto, deverem tais transformações ser efectuadas progressivamente.*

*Terceiro — Formação e aperfeiçoamento do pessoal — O rápido progresso da técnica das telecomunicações, os novos recursos de mecanização de serviços administrativos e a evolução permanente dos métodos de gestão impõem que seja criado um sistema geral de formação e aperfeiçoamento do pessoal, ampliando o que já é prática dos CTT em alguns dos seus sectores.*

*Quarto — Mecanização e automação dos serviços — Tem-se verificado um surto de rápida automatização na Rede Telefónica Nacional. Esse esforço não abrandará no futuro mas deve ter-se como indispensável quanto à qualidade do serviço hoje exigida. Acessoriamente aquela progressiva automatização também opera em sentido conveniente na gestão da empresa. Muitos outros sectores, porém, à face da expansão crescente dos serviços e da mecânica administrativa que lhes é indispensável, terão de ser objecto de mecanização e automação quando o tráfego e as operações acessórias que este provoca o acon-*

selhem, no campo económico e financeiro. Não me refiro ao aspecto social senão para afirmar que nele as justificações têm fronteiras muito mais largas.

Quinto — Serviço de organização e métodos — A instituição dum serviço desta espécie tem amplo fundamento numa empresa que executa serviços de características muito diversificadas, recorrendo para tal a cerca de 30 mil servidores permanentes. Objectivos directos desta espécie de trabalho serão a simplificação administrativa e, com igual predominância, das operações de exploração. Mas, em primeira análise, parece-nos mesmo que a obtenção de alta eficiência e rapidez nos circuitos de ordens e nos de recolha de informações pode constituir um objectivo prioritário na boa gestão da empresa.

Sexto — Produtividade — A acção combinada das linhas de rumo esboçadas deverá permitir um aumento de produtividade e, consequentemente, custos de produção a nível razoável. É este um ponto cuja importância merece realce. É frequente observar-se a tendência para separar completamente as duas variáveis: custo de produção e qualidade de serviços. Na verdade, tanto importa que se trate de Correios e Telecomunicações, como de quaisquer outros serviços oferecidos à utilização pública; as duas variáveis estão intimamente ligadas. O problema está em conseguir relacioná-las de forma equilibrada e em correspondência com as necessidades que a evolução da economia nacional e do nível de vida determinam.

Sétimo — Planeamento integral — A diversidade dos serviços executados, o seu volume e rapidez de expansão obrigam a que a gestão da empresa passe a ser disciplinada por um planeamento integral feito a prazo relativamente longo. O método actual de basear a gerência num orçamento anual e respectivo plano de trabalhos não poderá, no futuro, dar satisfação. As previsões terão de cobrir um período que se pensa atingirá uma década. As características do organismo aconselham a que se trabalhe com planos móveis revistos anualmente. Este sistema foi, de resto, instituído na primeira empresa pública que se constitui neste Ministério — os TLP. Nos CTT, pela maior variedade de serviços de telecomunicações e pelos serviços postais, a planificação integral afigura-se tanto mais necessária quanto mais trabalhosa.

A reforma orgânica da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones tinha que ser acom-

panhada, como enumerou Carlos Ribeiro, por uma profunda reorganização interna assente na formação profissional e na planificação integral das actividades, de modo a permitir um aumento considerável dos índices de produtividade do sector e uma diminuição dos custos de produção<sup>27</sup>.

Os efeitos, e influências, desta reorganização interna levaram, ainda, o presidente da Comissão de Coordenação das Telecomunicações (CCT) a constituir, em 30 de Julho de 1969, um grupo de trabalho para apreciar o projecto de estatuto da nova empresa pública. Os seus elementos concentraram-se, essencialmente, na análise da legislação proposta sob o ponto de vista da defesa dos interesses militares no domínio das telecomunicações, estudando paralelamente possíveis medidas a propor para ampliar e tornar mais efectiva essa salvaguarda<sup>28</sup>. O documento sublinhava, em jeito de conclusão, que as ligações presentemente existentes entre as Forças Armadas e a actual Administração-Geral dos CTT se mantêm na íntegra<sup>29</sup>. No entanto, o grupo de trabalho não desdenhava aumentar a intervenção militar nos CTT, propondo mesmo o reforço da presença das Forças Armadas no Conselho Geral, mediante a inclusão neste do Presidente da Comissão de Coordenação das Telecomunicações e do Ministro da Defesa Nacional<sup>30</sup>.

Os Correios e Telecomunicações de Portugal nasceram a 1 de Janeiro de 1970. Os princípios orientadores da nova empresa são claros e podem resumir-se na seguinte passagem: *devem as estruturas produtivas destes serviços ser capazes de, em permanência, adaptarem a respectiva capacidade de oferta à procura efectiva e potencial, assegurando a incorporação das inovações científicas e técnicas no sentido da melhoria da qualidade do serviço prestado e, por outro lado, produzindo ao custo mais baixo possível para a colectividade. Podem estes objectivos condensar-se na síntese: expansão e custo mínimo para a colectividade*<sup>31</sup>.

O discurso que enformava os seus estatutos dava voz a algumas das preocupações até aí vividas pelos CTT, como as que se associavam à falta de pessoal especializado; ao acesso difícil a recursos financeiros imprescindíveis, próprios da condição de uma Administração com uma autonomia limitada; e ao excesso de formalismo existente nos circuitos administrativos. No acesso a matérias-primas e produtos acabados, por exemplo, a nova personalidade conferida ao estatuto de empresa pública permitia o uso do direito comercial e, como tal,

equiparava os CTT às restantes empresas existentes no mercado.<sup>32</sup>

Em estreito entendimento com a Presidência do Conselho de Ministros, Carlos Ribeiro continuava à frente dos destinos dos CTT, sendo nomeado pre-

sidente do seu Conselho de Administração; Canto Moniz<sup>33</sup>, também antigo Ministro das Comunicações, foi convidado para a direcção do Conselho Geral da empresa que ficava com a seguinte estrutura organizacional<sup>34</sup>:

## Órgãos dos Correios e Telecomunicações de Portugal

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administrador	Administrador	Administrador	Administrador	<b>CORREIO-MOR</b>	Administrador	Administrador	Administrador	Administrador
---------------	---------------	---------------	---------------	--------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

### CONSELHO FISCAL

Vogal	Vogal	<b>PRESIDENTE</b>	Vogal	Vogal
-------	-------	-------------------	-------	-------

### CONSELHO GERAL

#### PRESIDENTE

Os Procuradores que representam os municípios na Câmara Corporativa	Um representante de cada uma das corporações (Lavoura, Comércio, Indústria, Crédito e Seguros, Transportes e Turismo, Artes Gráficas)	Um representante do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho	Um representante de cada um dos ministérios: Finanças, Negócios Estrangeiros, Ultramar, Corporações e Previdência Social	Dois representantes do Secretariado-Geral da Defesa Nacional	Três vogais escolhidos entre professores do ensino superior que rejam matérias relativas à administração pública, direito administrativo ou telecomunicações, designados pelo Ministro da Educação Nacional
---	---	---	--	--	---



ADMINISTRAÇÃO-GERAL DOS CTT

*Letícia José dos Santos*

*019.1.0*

Empresa Pública do Estado

"Correios e Telecomunicações de Portugal"

Ref. 180 2/1/70 2590/019.1.0 27/11/69

Precedendo resolução do Conselho de Ministros, foi nomeado, por portaria de 27 de Dezembro de 1969, Presidente do Conselho Geral da Empresa Pública do Estado "Correios e Telecomunicações de Portugal", o Snr. Eng.º José Estêvão Abranches Couceiro do Canto Moniz, antigo Ministro das Comunicações.

Também por portaria da mesma data, foram nomeados vogais do Conselho de Administração da referida Empresa o licenciado Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães e o engenheiro Jorge Bebiano Correia do Amaral Coimbra.

O primeiro acto da Empresa realizou-se pelas 11,30 horas de hoje com a posse do vogal do Conselho de Administração engenheiro Jorge Bebiano Correia do Amaral Coimbra, conferida pelo Presidente do Conselho Geral.

Na parte da tarde realizou-se, sob a presidência do Correio-Mor, uma primeira reunião conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal que se ocupou de assuntos da sua competência e dos numerosos problemas suscitados pelo início da actividade da nova empresa pública.

Pelo Conselho de Administração estiveram presentes o Correio-Mor, eng.º Carlos Ribeiro, os Administradores Delegados, eng.º Duarte Galheiros, eng.º Henrique Pereira e Dr. Luís de Athayde, e o vogal eng.º Jorge Coimbra. Pelo Conselho Fiscal, o Presidente Dr. José Guilherme de Melo e Castro e os vogais Dr. Victor Duarte Faveiro e Dr. Diamantino dos Santos Marques.

*2.1.70*

Temos, mesmo, e para assim evitar pediras a de preferível é manter o que está - não foi o pi... e as razões alegadas não existem, ou são inconsistentes... Os estudantes não escrevem - ESPECIALMENTE nos domingos! E que escrevam; nada impede que o façam e que incluam as suas correspondências nos barcos.

Há ajustamentos a fazer, principalmente quanto

A par da constituição dos Correios e Telecomunicações de Portugal, os Telefones de Lisboa e Porto, recentemente formalizados em empresa pública portuguesa, passavam — a partir da criação dos CTT, EP — para a alçada de uma administração comum: *só um condicionalismo histórico accidental, inteiramente alheio a razões funcionais, determinou a existência, no limitado espaço metropolitano, de duas entidades distintas — uma, órgão da administração pública; outra, nascida no sector privado — produzindo os mesmos serviços de telecomunicações*. Tratando-se de serviços complementares membros da administração pública, deveriam caminhar a partir daquela data para a *uniformização dos métodos, de processos técnicos e de política de telecomunicações*. Aliás, jogavam também a favor desta unificação o intento, agora tornado possível, de planificar à escala nacional a utilização comum de pessoal e instalações, por ser naturalmente mais rentável e enfim por existir *a possibilidade de desenvolver em maior escala que até aqui os serviços nas regiões de rentabilidade nula ou negativa, dado que a integração dos TLP nos CTT reforçará, consideravelmente, o potencial económico destes*<sup>35</sup>.

Convém uma vez mais salientar a nova orientação de base em que se apoiava a política da empresa: a expansão permanente e a obtenção de uma produtividade crescente; um sentido eminentemente social no que respeita aos servidores; no aspecto financeiro, uma participação do Estado influenciada pela prosperidade da empresa; e, finalmente, a rápida integração nos TLP<sup>36</sup>. A partir de 1 de Janeiro de 1970, a comissão executiva e o conselho fiscal dos TLP consideram-se dissolvidos, passando a competência destes órgãos a ser exercida pelo conselho de administração e respectiva comissão executiva e pelo conselho fiscal dos Correios e Telecomunicações de Portugal (...)<sup>37</sup>. A fusão planeada acabou, no entanto, por nunca se realizar nos moldes inicialmente previstos.